



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XIV

COLEGIADO DE HISTÓRIA

MARIA DE JESUS OLIVEIRA

**DAS PEDRAS AO OURO: A EXPERIÊNCIA DE
AGRICULTORES NA MINERAÇÃO (1970 – 1980)**

Conceição do Coité

2016

MARIA DE JESUS OLIVEIRA

**DAS PEDRAS AO OURO: A EXPERIÊNCIA DE
AGRICULTORES NA MINERAÇÃO (1970 – 1980)**

Monografia apresentada ao Colegiado de História da
Universidade do Estado da Bahia - Uneb Campus
XIV, como requisito da conclusão do curso de
Licenciatura em História, sob orientação da
professora Dra. Ilzimar Glória Ferreira Oliveira.

Conceição do Coité

2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem sua permissão nada teria sido feito. Agradeço ao meu pai José Nilson por ter sido a inspiração para a construção deste trabalho, e também meu ajudante na pesquisa de campo. Sem ele ao meu lado, as entrevistas talvez não tivessem acontecido com a mesma natureza. Agradeço a minha mãe Aniceta Maria, por todo seu amor e dedicação, aos meus irmãos pelo apoio e carinho.

Quero agradecer imensamente a meu tio Cosme e minha tia Maria de Lourdes pelo cuidado e carinho durante esses anos que estive morando nessa cidade.

Agradeço a Eugênio Lopes e família que me acompanharam durante essa trajetória.

Agradeço aos trabalhadores do Povoado que contribuíram para a construção desse trabalho com boas conversas e muita disposição em compartilhar suas memórias.

Aos meus colegas de curso, que nos momentos de dificuldades desse processo, foram solidários. Em especial a meu grupo que desde início estivemos juntos: Larissa, Rúthila, Flávia, Moisés e Patrícia.

Agradeço em especial a minha professora orientadora Dra. Ilzimar Glória Ferreira Oliveira, que ao longo desse trabalho, contribuiu significativamente não apenas com bibliografias essenciais, correções no trabalho, mas principalmente pela força e incentivo na continuidade do trabalho.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte dessa pesquisa e de minha formação, o meu muito obrigado!

Que os trabalhadores sentissem essas injustiças - e as sentissem apaixonadamente - é, em si, um fato suficientemente importante para merecer nossa atenção.

Edward Palmer Thompson

RESUMO

A exploração mineral por todo país tem causado transformações no cotidiano das pessoas que vivem nas proximidades das áreas exploradas. Essa pesquisa tem como objetivo compreender as principais transformações dessa atuação, tomando por base empírica os pequenos agricultores moradores do Povoado do Canto em Teofilândia, na Bahia. Estes trabalhadores de terra cultiváveis foram contratados pela empresa mineradora, quando esta chegou à cidade como promessa de mudanças nas suas vidas, com propostas compra de suas terras, de oferta trabalho e melhoria de vida para seus familiares. As relações que se estabeleceram entre trabalhador e empresa, entre empresa e desenvolvimento local ao longo da década de 1970 e 1980 mudaram a configuração da região, como também as formas e das relações de trabalho, da relação com a terra, e enfim, as maneiras de prover as condições de existência de uma gama de pessoas. A pesquisa discute estas modificações nos contextos de trabalho, nas novas relações estabelecidas e nos aspectos culturais e existenciais que são construídos. A metodologia adotada permitiu através das entrevistas uma re-construção da história local baseada principalmente nas vozes dos ex-trabalhadores, uma vez que eles são aqui considerados os protagonistas dos acontecimentos.

Palavras- chaves: Relações de Trabalho. Memórias. Experiência. Mineração.

ABSTRACT

The mineral exploration throughout the country has caused changes in the daily lives of people living nearby areas of that exploration. This research has as objective the comprehension of the main changes of the exploration areas, using as empiric basis the small farmers from Povoado do Canto in Teofilândia – Bahia. A mineral company contracted these farmers when the company came to the city as a hope of life changing, with purchase offers for the lands and the possibility of work and improvement the life of the region's people. The relationships between the workers and company, and the company and the local development in the seventies and eighties have changed the region patterns and the forms of working and working relationships as well. Moreover, there were changes in the relationship with the land and the manners of providing the life's existence condition for many people. This research discusses these modifications in the working contexts, in the new relationships established and in the cultural and existential aspects that are build. The adopted methodology allowed through the interviews a reconstruction of local history based mainly on the speech of former workers, once they are the protagonists here.

Key words: Working Relationships. Memories. Experience. Mining.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	7
1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	10
1.1 Aportes metodológicos.....	10
1.2 Quadro teórico embasador da pesquisa.....	14
1.3 Mapeando o campo da pesquisa.....	19
2. A RELAÇÃO DA EMPRESA MINERADORA COM OS PRODUTORES LOCAIS: AS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITAL MINERADOR.....	22
2.1 A chegada da empresa.....	23
2.2 A expropriação das terras.....	24
2.3 O trabalho: as transformações a partir da interpretação dos trabalhadores ..	25
3. OS DIFERENTES PROCESSOS DE TRABALHO.....	31
3.1 A força de trabalho inicial e o trabalho no chão da mina.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS.....	40

INTRODUÇÃO

A exploração mineral tem crescido significativamente durante as últimas décadas no Brasil. Com esse crescimento tem-se desenvolvido problemas com as populações que vivem nos arredores das grandes jazidas de minério onde estão instaladas as empresas mineradoras. Nesse contexto, torna-se relevante um estudo sobre a situação, visando compreender as mudanças sociais, econômicas e culturais, entre outras transformações significativas que ocorreram durante a exploração mineral, analisar as transformações causadas pela mineradora aos moradores dessas comunidades partindo de suas próprias visões destes desenvolvimentos. Este trabalho tem como foco de pesquisa os então trabalhadores da mineração e moradores do Povoado do Canto na cidade de Teofilândia, no interior da Bahia, que foram contratados pela empresa mineradora na sua chegada à cidade, com a intenção de explorar as riquezas ocultas aos olhos dos moradores da região, causando transformações nas vidas desses agricultores com propostas compra de suas terras, de oferta trabalho e melhoria de vida para seus familiares. Essa pesquisa tem como recorte temporal a década de 1970 – 1980 período da chegada e instalação da empresa na região.

Na Bahia, a mineração se mostra como um dos setores básicos da economia, contribuindo de forma decisiva para uma maior competitividade desse Estado no cenário econômico internacional, através de grandes projetos de empresas transnacionais. Esses projetos seguiam, nos anos em questão, uma tendência dos países capitalistas avançados em busca de matéria-prima nos territórios de países em desenvolvimento, dentre os quais, o Brasil, visto por aqueles países como lugar promissor para a exploração dos recursos naturais e mão de obra barata. O minério da região tinha, então, importância econômica para a mineradora e também para a região, que antes se via limitada pelos reveses da situação climática para a geração da economia da cidade.

A empresa mineradora surgiu como promessa de dias melhores para os trabalhadores da agricultura. Poucos se preocuparam, então, com o impacto social, cultural e/ou ambiental causado ao longo dos anos na população que viveria e ainda vive nas proximidades de uma empresa mineradora. É a partir desse cenário que caminhará a proposta desta pesquisa. A ideia central do estudo é compreender como os ex-trabalhadores e moradores do Povoado do Canto, no município de Teofilândia percebem suas vivências, diante das transformações ocorridas com a chegada da empresa nas proximidades da comunidade. Desta forma, analisaremos as relações estabelecidas entre a mineradora e a população local e os meios

encontrados pela empresa para fazer desses agricultores “homens de indústria”, já que a maioria da população trabalhava e sobrevivia da agricultura de subsistência. Este cenário de negociações e transformações configura a penetração do capital minerador na zona rural, o qual transforma as relações dos sujeitos com a terra, na medida em que esta deixa de ser um meio de produção dos indivíduos que nela vivem e dela sobrevivem, para se tornar propriedade deste tipo de capital, transformando pequenos proprietários rurais em trabalhadores expropriados, “livres” da “propriedade dos meios de produção”, mas possuidores de sua força de trabalho, agora diretamente a serviço do capital da mineração.

A realidade do Povoado do Canto é marcada pelas precárias condições de acesso a bens e serviços sociais por parte da maioria da população, pelos antagonismos gerados pelo processo de implantação da mineradora no povoado, que alteraram as condições de trabalho e o espaço onde vive a população. De início posso afirmar, com base em estudos realizados por outros autores (José Luiz oliveira Batista 2009, Juliana Araújo Santos 2010, Sara Oliveira Farias 2008, Ivan Ramires Rios da Silva 2002, Denison Silvan 2014, Kattylâne Araújo da Silva 2013) que a instalação da empresa mineradora poderia contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento humano dos moradores, caso estas adotassem a perspectiva de desenvolvimento socialmente solidário.

A escolha deste objeto de estudo, centrado no trabalho e nas relações de trabalho que ocorreram no âmbito da instalação da empresa, tem uma motivação biográfica: meu pai foi trabalhador da mineradora durante o período aqui delimitado; mas para além da motivação subjetiva, para além desse sentimento, uma pesquisa dessa natureza possui relevância social por conta de podermos pensar sobre as mudanças de contextos de trabalho, nas novas relações estabelecidas e nos aspectos culturais que são construídos e transformados. Essa pesquisa poderá trazer uma contribuição ao estudo das experiências vividas pela população local. No que concerne à importância acadêmica desse estudo, a ideia é contribuir com informações e conhecimento de uma cidade que para muitos é desconhecida, tanto culturalmente quanto socialmente; esta também é uma pesquisa que poderá abrir caminhos para outros futuros trabalhos voltados para questões sociais, culturais e trabalhistas da região.

O trabalho está baseado principalmente nas vozes dos ex-trabalhadores, pois consideramos que eles são os protagonistas dos acontecimentos. Apesar de praticamente todo morador do sexo masculino, maior de 18 anos, ter trabalhado na empresa mineradora em Teofilândia, desse grupo selecionamos cinco trabalhadores da mina que estiveram empregados, durante a década de 1980. Adotamos como critérios de inclusão desses sujeitos

na pesquisa o fato deles disporem de mais tempo de trabalho na empresa e também terem empregado suas forças e experiências de vida na mineradora no período aqui delimitado.

O título deste trabalho carrega consigo um grande significado para os moradores da localidade: o termo “das pedras” é referente ao primeiro nome dado à pequena vila que se formava, pois a cidade surgiu a partir da descoberta de um tanque de pedras encontrado por vaqueiros em um longo período de estiagem; “ao ouro”, por sua vez, refere-se ao que ouvimos na atualidade, pois, sempre que nos apresentamos em alguma outra cidade, Teofilândia aparece como “a cidade do ouro” já que é um dos maiores polos minerais da Bahia.

Esse trabalho está estruturado em III capítulos. O primeiro capítulo apresenta as opções teórico metodológicas do estudo. Trata-se de um estudo de caso, na perspectiva da história oral. No mapeamento do campo de pesquisa apresentamos a cidade de Teofilândia e o Povoado do Canto como forma de contextualização geopolítica da pesquisa. O segundo capítulo discute a relação da empresa mineradora com os produtores locais. Trata-se basicamente da chegada da empresa e das transformações iniciais, focalizando os conflitos emergentes desse processo. Procuramos perceber as relações de poder no processo de expropriação da terra dos moradores da região, que está relacionada diretamente com a implantação da mineradora.

No terceiro capítulo apresentamos algumas considerações sobre as relações estabelecidas entre a população local e a mineradora, apontando as consequências dessa atuação para a região; buscamos ainda mostrar a situação atual de cada um dos sujeitos dessa pesquisa. Em termos gerais empreenderemos no decorrer da pesquisa uma análise das relações de mudanças no modo de trabalho dos agricultores, destacando os processos de trabalho realizados por esses, dentro da empresa, e a complexidade da relação entre a mineração e seus trabalhadores.

1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

1.1 Aportes metodológicos

A proposta deste estudo está embasada na perspectiva metodológica da história vista de baixo, proposta por Edward Palmer Thompson (1924-1993). Segundo esta perspectiva é que poderemos entender como se dá o fato histórico a partir do ponto de vista daqueles trabalhadores que são considerados como sendo de “baixo status social”. A escolha dessa metodologia consiste na tentativa de formular uma compreensão sobre as transformações ocorridas na vida população, a partir de mudanças na relação com a terra e nos processos de trabalho. Ainda de acordo com o mesmo autor, que define classe sob uma perspectiva histórica, “a classe é definida pelos homens enquanto vivem a sua própria história e, ao final, esta é sua única definição”, é que procederemos um estudo de caso (THOMPSON, 1987, p.12). A classe é uma relação histórica, presente em pessoas e contextos reais. Baseando nessa concepção procurarei no contato com os ex-trabalhadores rurais da comunidade, conhecer suas experiências históricas e de como foram instruídos para o trabalho dentro da empresa mineradora, ou seja, como passaram pela mudança de status de trabalhadores rurais e ou pequenos proprietários para trabalhadores mineradores.

Para a realização desse trabalho foi escolhido a História Oral como opção metodológica preferencial, proposta por Paul Thompson, especialmente apresentada na obra *A voz do passado: história oral*, uma vez que esse procedimento “possibilita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores”, (THOMPSON, 1992, p. 18), permitindo ainda transformar “os objetos de estudo em sujeitos, contribuindo para uma história que não é só mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira” (op.cit. p. 137).

Denílson Silvan e Iraildes Torres (2015) autores de trabalhos utilizando fonte oral como primordial, acreditam que

Essa é a oportunidade para que suas [dos sujeitos de baixo status social]¹ reminiscências, guardadas lá no fundo da memória, se materializem e fluam para além do seu próprio tempo e espaço. Um ponto de vista particularíssimo que não deve ser menosprezado em favor da fria e bolorenta documentação existente sobre o tema, da mesma forma que não se deve desprezar tal documentação, pois a história oral, como metodologia, não rejeita e não deixa de lado a pesquisa bibliográfica, documental e arquivística. (SILVAN e TORRES, 2015, p.4).

¹ Grifo meu.

Ao empregarmos a metodologia da história oral e nos submetermos ao seu rigor científico, nosso objetivo foi endereçar a atenção para os que podemos considerar sujeitos participantes ou testemunhas da trajetória da referida empresa e além disso, a atenção se volta também para as interpretações desses sujeitos sobre essa trajetória. Essa metodologia permite proximidade com o “objeto” pesquisado. Para Paul Thompson, esta qualidade do contato direto com a sociedade analisada é particularmente positiva, pois “devolve também ao historiador a mais antiga habilidade de seu ofício” (THOMPSON, 1992, p.103), ou seja, a busca pelo conhecimento empírico e a troca de experiências.

Segundo Verena Alberti (2005) a história oral é permeada de riquezas, dentre estas “permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências” (ALBERTI, 2005, p.165). Para a proposta desta pesquisa essa reflexão é pertinente, pois a história oral destaca o que há de particular nos fatos históricos, agora visto e contado por outros olhos.

José Carlos Sebe Bom Meihy fala sobre as funções dessa fonte histórica no Brasil,

a história oral brasileira, principalmente quando assume sua função de reveladora de microhistórias e de foco de situações específicas, mostra o potencial crítico da história oral como alternativa que dá voz aos grupos de uma forma ou de outra silenciados (Meihy, 2000, p.96)

Para além destas considerações podemos dizer que “é a história que busca legitimar outras formas de revisar o passado, de entender, de propor e propiciar as mudanças” (MEYER, 2000, p. 56). Ao realizarmos entrevistas podemos nos aproximar de outras versões da história, pois as,

entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas. (PORTELLI, 1997, p. 31)

A opção por história oral advém do objetivo de trabalhar com as memórias dos ex-trabalhadores da mineradora (anseios, angústias, alegrias, expectativas ou frustrações) e as transformações ocorrentes. A memória constitui-se não apenas como fonte subjetiva, mas como instrumento de análise subjetivo do narrador. Nessa perspectiva o investigador terá o papel de “decifrar” a narrativa daquele que traz à tona sua memória e o faz em consonância com a conjuntura social.

Segundo Halbwachs (2006), a memória é produto social, produto de um sistema posto sob determinadas características ou fatos sociais, espaciais e temporais, e composto por grupos de pessoas, que nas suas relações compartilham ou assimilam informações, e com isso constituem memórias. A memória coletiva fornece dados para a constituição das memórias individuais. Sendo assim, a memória estaria contida na sociedade que a (re)constrói. A memória individual vai depender sempre do social, pois o indivíduo,

Para invocar seu próprio passado, em geral, as pessoas precisam recorrer às lembranças de outras, e se transportar a pontos de referências que existem fora de si, determinados pela sociedade [...] o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente. (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Para além do conceito apresentado, Halbwachs (apud POLLAK, 1989) acredita que é preciso conciliar memórias coletivas e memórias individuais:

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que hajam suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que as lembranças que os outros trazem possam ser reconstruídas sobre uma base comum. (HALBWACHS, 1968, p.12 apud. POLLAK, 1989, p. 4).

Podemos compreender que as lembranças não emergem exatamente como acontecem e, sim, são transformadas pela lente do presente, ou seja, são sempre reconstruções. Assim, podemos compreender o que Portelli (1997) fala a esse respeito

[...] o realmente importante é não ser a memória apenas um depósito passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado, quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Essas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentidos no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico. (PORTELLI, 1997, p. 33)

Portanto, a memória como elemento subjetivo dá margem para disputas de seu emprego como verdade. No caso da problemática dessa pesquisa, temos a história narradas pelos ex-trabalhadores. Se fôssemos analisar as pesquisas que foram realizadas na região e que utilizaram as narrativas dos diretores da empresa mineradora possivelmente

constataríamos uma verdade qualitativamente diferente da apresentada pelos ex-trabalhadores, sujeitos desse estudo.

Podemos compreender também que muitas informações ficam no silêncio, não porque suas lembranças não às alcancem, mas por escolha do entrevistado em silenciar, por medo, receio, vergonha, mesmo existente “nas memórias de uns e de outros, zonas de sombras, silêncios, “não-ditos””. (POLLAK, 1989, p.6). Michael Pollak continua:

Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendido. (POLLAK, 1989, p.6).

Todas essas questões devem ser levadas em considerações no momento da entrevista e de análise das narrativas. Quando se trabalha com memória deve-se atentar para as diversas possibilidades de interpretar as narrativas dos sujeitos a quem ela pertence.

Além da perspectiva epistemológica da história oral se fez necessário debruçar-se sobre análise de documentos escritos, porém boa parte da documentação encontrada na cidade transpassava o período aqui delimitado. Os recortes de jornais que aparecerão na pesquisa foram da cidade de Jacobina onde a sede da empresa estava instalada; os acordos realizados com a prefeitura e as atas da câmara municipal de Teofilândia constavam datas da década de 1980 e 1990. Parte destas análises terá por base trabalhos acadêmicos dos autores que tratam destas questões, a saber, Sara Oliveira Farias, 2008, Ivan Ramires Rios da Silva, 2002, Denison Silvan, 2014, Kattylâne Araújo da Silva, 2013. Tais obras contribuíram significativamente para o processo de análise das memórias narradas e, conseqüentemente, para seu uso no trabalho.

Quanto aos processos sistemáticos para a descrição e explicação dos acontecimentos, o estudo se desenvolveu seguindo uma abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa “possibilita estudar os fenômeno que envolve os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes [...] esse estudo pode ser conduzido por diferentes caminhos.” (GODOY, 1995, p.21). Para Yin (2005), os estudos de casos são as estratégias mais utilizadas “quando se colocam questões do tipo “como” e “por que” quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em influências contemporâneas inseridas em alguns contextos da vida real” (p.188). Esta abordagem sugere a utilização de várias técnicas e fontes como a observação participante, aplicação de questionários e entrevistas. Para tanto, foram já realizadas sete entrevistas com ex-

trabalhadores da empresa e tivemos conversas informais com a população local. O modelo de entrevista aplicado foi a semiestruturada. Segundo Lakatos e Marconi (2005) com esse instrumento,

O entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal (LAKATOS; MARCONI, 2005, p.195).

Deste modo, os entrevistados têm liberdade para se expressarem. O método para análise dos dados coletados com as entrevistas é o narrativo, acreditando que “o uso de narrativas como forma de expressão de narrar um fato ou contar uma história está presente em toda experiência humana” (GOSS, 2013, p.224). A pesquisa se enquadra como exploratória porque, tem entre outras finalidades “aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais preciosa ou modificar e classificar conceitos” (LAKATOS; MARCONI, 2005, p.188). Considerando o respeito à privacidade dos entrevistados, optamos pela anonimização destes. Assim sendo, no decorrer da análise das entrevistas, as falas dos colaboradores aparecerão indicadas não pelos seus nomes legítimos, mas por nomes representativos.

1.2 Quadro teórico embasador da pesquisa

No Brasil, desde período colonial o uso da terra predominou como maior meio de produção, inicialmente com o modelo produtivo *plantation*².

Os portugueses que aqui chegaram e invadiram nosso território, em 1500, o fizeram financiados pelo nascente capitalismo comercial europeu, e se apoderaram do território por sua supremacia econômica e militar, impondo as leis e vontades políticas da Monarquia portuguesa [...] assim, conseguiram dominar todo território e submeter os povos que aqui viviam ao seu mundo de produção, às suas leis e à sua cultura. (STEDILE, 2005, p.21).

As terras brasileiras, maior alvo de cobiça dos portugueses, tiveram suas diversas fases a partir de 1500. A primeira forma adotada pelos europeus para lidar com as terras foi o monopólio da propriedade de todo território pela coroa. Todavia, objetivando o aumento do investimento capitalista no território, os portugueses implantaram a concessão de uso de terras como direito hereditário.

² Palavra de origem inglesa empregada por historiadores e sociólogos brasileiros para caracterizar o modelo de produção colonial brasileiro. Produzia-se cacau, cana de açúcar, algodão, entre outros. (STEDILE, 2005.p.23).

O critério fundamental para a seleção dos eleitos pela “concessão de uso” das terras era – muito além do que simples favores a fidalgos próximos – a disponibilidade de capital e o compromisso de produzir na colônia mercadorias a serem exportadas para o mercado europeu. (STÉDILE, 2011, p. 22).

Dessa forma, transforma a dinâmica social da colônia por excluir homens livres e pobres do sistema produtivo agrário. O regime conhecido com sesmarias privilegiou, portanto, aqueles que estavam integrados no sistema agroexportador³ e afastou uma parcela significativa da população que, para sobreviver, vagueava pelo território e ocupava terras improdutivas que poderiam ser requisitadas pela grande propriedade.

Com o fim do sistema escravista no Brasil foi necessário estabelecer o trabalho livre e assalariado. A medida encontrada pelo império brasileiro para evitar uma crise de propriedade da terra com uma possível abolição foi à promulgação da Lei de Terras em 1850, na qual estabeleceu o fim das sesmarias e transação de terras apenas por meio de compra e venda, (op.cit.); com as terras convertidas em mercadorias, fica nítida a diferença entre o fazendeiro e o camponês. Esta lei se constituiu como um marco histórico para o campesinato brasileiro. Para Stédile:

O campesinato tem sua formação em duas vertentes: a primeira foi à chegada de 1,6 milhões de camponeses pobres da Europa para trabalhar nas regiões Sul e Sudeste brasileiro. A segunda foi a de populações mestiças espalhadas pelo território, que não eram escravos e nem proprietários. (STÉDILE, 2005, p. 27).

O campesinato como classe surge apenas na década de 1930. Todavia, a existência de uma massa de homens livres e pobres afastados da grande produção já conformavam um pequeno campesinato no Brasil. O ano de 1930 marca uma nova fase da história econômica brasileira, com influência na questão agrária. O período ficou conhecido com Era Vargas, pois o projeto político foi coordenado pela liderança política de Getúlio Vargas, que governou o país de 1930 a 1945, “do ponto de vista da questão agrária, esse período se caracteriza pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria”. (STÉDILE, 2005, p. 30). Apesar de Vargas ter rompido com o sistema agroexportador e adotado um modelo de industrialização dependente, os poderes dos grandes produtores não foram alterados. Esse período também se caracteriza pelo processo de modernização capitalista da grande propriedade rural e, em relação ao surgimento dos camponeses, é o período histórico em que

³ Modelo de produção, sob a égide das leis do capitalismo, produzindo apenas produtos agrícolas e minerais para abastecimento do mercado europeu. (SAPELLI, 2011, p. 22).

eles são induzidos a se vincularem totalmente às regras do mercado e a se integrarem à indústria. Nesse sistema de caráter dependente,

Os camponeses cumpriam o papel de fornecer mão-de-obra barata para a nascente indústria na cidade. O êxodo rural era estimulado pela lógica do capitalismo, para que os filhos dos camponeses – em vez de sonharem com sua reprodução como camponeses, em vez de lutarem pela terra, pela reforma agrária – se iludissem com os novos empregos e salários na indústria. (STÉDILE, 2005, p. 31).

Desta forma, ao mesmo tempo em que os pequenos proprietários se multiplicavam pela compra e venda e reprodução das unidades familiares, os grandes proprietários capitalistas avançavam, acrescentavam mais terras. Também, os camponeses que se multiplicavam enquanto classes tiveram grande parcela de seus membros, migrando para as cidades e se transformando em operários. Assim, chegaremos à década de 1960, num cenário que apresenta uma agricultura modernizada, capitalista, e um setor camponês completamente subordinado aos interesses do capital industrial.

O conceito de capital e expropriação que serão utilizados no decorrer deste trabalho está embasado no livro “O capital de Karl Marx” em uma edição traduzida e condensada por Gabriel Deville (2016), no qual, o define como modo de produção em que os operários assalariados, despossuídos dos meios de produção e juridicamente livres, produzem mais-valia, e em que a força de trabalho se converte em mercadoria, cuja oferta e demanda se processam nas condições da existência de um exército industrial de reserva. Articulado ao conceito de capital temos o conceito de expropriação definido por Marx:

Essa expropriação constitui o ponto de partida do modo de produção capitalista; sua realização é seu objetivo; trata-se em última instância de expropriar todos os indivíduos de seus meios de produção, os quais, com o desenvolvimento da produção social, deixam de ser meios de produção privada e produtos da produção privada e só podem ser meios de produção nas mãos dos produtores associados, por conseguinte sua propriedade social como já é seu produto social. (Marx, 1985 p. 334 apud. FONTES, 2008, p. 13).

Para compreendermos as transformações nas relações do processo de trabalho, faz-se necessário explicitar os motivos que provocaram essas mudanças. A expropriação das terras dos pequenos produtores rurais foi um dos fatores primordial para tais modificações, visto que,

não mais possuidor desse e de outros meios de produção, o trabalhador do campo, precisou para sobreviver, submeter-se à exploração dos que os possuíam. De lá para cá, as relações de produção no campo passaram por

muitas transformações e acirrou-se a exploração de uma classe sobre a outra. Essa exploração explicita-se em diferentes formas de emprego, subemprego e desemprego estrutural. Uma grande massa de meeiros, parceiros, boias-fria, acampados, assalariados e outros constituem o campo. (SAPELLI, 2011, p. 5).

No processo de expropriação, os agricultores ficam privados de seu meio de produção (a terra), ocorre assim, à dissociação entre o trabalhador e a propriedade. Estes ficam obrigados a vender sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência.

É através da posse dos meios de produção que uma minoria consegue, pela violência e pela fraude, eximir-se do trabalho diretamente produtivo, para dedicar-se à direção dos negócios, isso é, a exploração da maioria, consagrada ao trabalho. “O trabalhador livre, podendo de direito dispor da sua pessoa viu-se obrigado de fato a dispor dela para viver. Desde então foi condenado ao papel de assalariado durante toda sua vida.” (MARX, 2016, p.17). O modo de produção capitalista, desde o seu princípio, tem criado mecanismos de dominação sobre a classe trabalhadora, transformando os sujeitos que não conseguem enxergar outro modo de viver, senão pela hegemonia do capital.

O que caracteriza a época capitalista é que o detentor dos meios de subsistência e de produção encontra no mercado o trabalhador cuja força de trabalho reveste a forma de mercadoria, e o trabalho, por consequência, a forma de trabalho assalariado. (MARX, 2016, p.80).

No processo de trabalho, o trabalhador realiza suas atividades sob o controle do capitalista. Dessa forma, o capitalista é proprietário não só do capital, mas também do trabalho. Assim, como o vendedor de uma mercadoria, o trabalhador que vende a sua força de trabalho aliena o seu valor de uso, e essa força de trabalho passa a pertencer ao capitalista que a comprou. Nas sociedades modernas, o empregado está sob um contrato de trabalho que o torna social e economicamente dependente do empregador, que, por sua vez, carrega consigo um sistema de dominação sobre todo conjunto de trabalhadores direcionando as atividades desenvolvidas pelo empregado. Esta prerrogativa patronal é resultado direto da relação de subordinação expressa no Artigo 2º da Constituição das Leis do Trabalho (CLT) que considera como empregador “[...] empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal do serviço”.⁴

Silvan (2014) afirma que

⁴OLIVEIRA, Fabiana. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/16297164/legislacao-trabalhista-e-previdenciaria>. Acesso em: 24 de novembro de 2015

O empregador detém a direção da sua empresa e a prerrogativa de controlar como bem entender as atividades que nela se desenvolvem, incluindo-se aí o comportamento pessoal de seu empregado, tendo como limite de sua ação os direitos civis inerentes ao trabalhador cidadão. (SILVAN, 2014, p.84).

Ao longo dos anos o trabalho assalariado passou por diversas tensões entre as formas de poder e de controle, e a resistência nas relações entre os elementos objetivos e subjetivos do trabalho. Os trabalhadores, não tendo a posse dos meios de produção – elemento objetivo -, o capitalista compra sua força de trabalho - elemento subjetivo - e expropria da classe trabalhadora a riqueza que ela produziu. Dessa forma, o trabalhador produz a riqueza, mas não usufrui a mesma, ele não produz apenas mercadorias, ele também, isto é, sua força de trabalho é uma mercadoria (MARX, 2016). Sendo assim, a exploração que ocorre demonstra que cada vez mais o trabalho produzido representa ganhos reais essencialmente para o capital, apesar da força de trabalho ser indispensável para a sociedade capitalista.

Com relação ao trabalho assalariado, no caso dos trabalhadores desta pesquisa, foi durante a formação do projeto minerador para a cidade de Teofilândia, que os moradores do Povoado do Canto tiveram sua primeira experiência sob a égide dos princípios de trabalho assalariado. Segundo Brito (1985) esse procedimento de primeiro contato com esta modalidade,

significou o início da quebra da estrutura tradicional de produção, tornando-se responsável por mudanças nas relações de trabalho, pelo aparecimento de uma nova estrutura social ao seu redor, e também, pela formação da mão-de-obra bastante específica, para se submeter ao trabalho assalariado. (BRITO, 1985, p.7).

A aceitação do trabalho assalariado definia, além de um espaço específico da realização das atividades, um tempo de trabalho bastante rígido e diferenciado daquele, o qual a maioria dos trabalhadores estavam habituados a moldar suas atividades. No contexto laboral da empresa mineradora de que trata o presente estudo, o poder disciplinar, como forma de controle, perfilamento e administração da força de trabalho apresentou-se como descrito por Foucault:

Indiscreto, pois está em toda parte e sem alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmo que estão encarregados de controlar; e absolutamente “discreto”, pois funciona prementemente em grande parte em silêncio. (FOUCAULT, 2005, p.148).

As transformações que ocorreram nos modos dos trabalhos e principalmente nos trabalhadores, marcam o controle que é possível exercer sobre o corpo “as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos”. (FOUCAULT, 2005, p. 29). Os trabalhadores moldaram-se ao novo ambiente de trabalho, apesar de inicialmente a modalidade de trabalho exercido (braçal) não ter sido tão diferente do então já realizado por estes em seu cotidiano (o trabalho com terra). O que realmente modificou a realidade dos trabalhadores foi à disciplina que estes foram submetidos dentro da empresa. O controle do tempo, do espaço e de comportamentos.

Os afazeres destes trabalhadores antes de adentrar na empresa mineradora se enquadravam na descrição feita por Thompson (1998), na qual as tarefas realizadas pelos agricultores seguiam o tempo natural.

O trabalho do amanhecer até o crepúsculo pode parecer “natural” numa comunidade de agricultores, especialmente nos meses de colheita: a natureza exige que o grão seja colhido antes que comecem as tempestades. E observamos ritmos de trabalho “naturais” semelhantes acompanhando outras ocupações rurais ou industriais: deve-se cuidar das ovelhas na época do parto e protegê-las dos predadores; as vacas devem ser ordenhadas; (...) A notação do tempo que surge nesses contextos tem sido descritas como orientação pelas tarefas. (THOMPSON, 1998, p.271)

A mudança de controle do tempo foi um elemento essencial desse processo transformador. Agora como trabalhador assalariado esse agricultor era obrigado cumprir o tempo determinado por outros que não o escolhido por dele. “O operário trabalha sob a inspeção do capitalista, a quem pertence seu trabalho.” (MARX, 2016, p. 86).

No povoado do Canto as propriedades de terras eram heranças hereditárias. Com o passar dos anos as grandes fazendas foram se desfazendo e formando pequenas porções de terras que passaram a pertencer a um número maior de pessoas, ainda assim, esses possuidores de terras na região continuaram a serem chamados de *fazendeiro*, termo esse que aparece ao longo desse estudo por ser citado pelos entrevistados. O fazendeiro para alguns dos entrevistados eram as pessoas que possuíam propriedades de terra, mesmo estes não exercendo produções para o mercado. Esse modo de classificar os proprietários é justificado pelo fato de que se trata de uma região onde poucas pessoas detinham títulos de terras. Além disso, qualquer quantidade de terra se tornava fazenda e conseqüentemente seus proprietários fazendeiros. Poucos dos que aparecem como fazendeiros na visão dos entrevistados, possuíam empregados. Alguns tinham apenas um vaqueiro que cuidava da criação e das terras e

recebiam um valor simbólico semanal pelo serviço, bem como um pedaço de terra para produzir alimentos para sua subsistência.

1.3 Mapeando o campo da pesquisa

O município de Teofilândia localiza-se a 194 km de Salvador e detém uma área de 336 Km², uma população de 21.484 segundo dados do IBGE (2010), a cidade faz parte do Território de Identidade do Sisal⁵, sendo influenciado pelo clima semi-árido marcado pela irregularidade de chuvas, com índice pluviométrico anual abaixo de 750 mm. Possui um PIB per capita de 2.523 reais (IBGE, 2010). Em Teofilândia 14.792 habitantes vivem na zona rural, o que equivale a cerca de 75% do total, que vive, principalmente, da agricultura e pecuária de subsistência.

Segundo a narrativa da história do Município contida no IBGE⁶, o surgimento de Teofilândia ocorreu no início de 1723 quando alguns vaqueiros da antiga fazenda chamada de Vargem de Baixo, de propriedade dos irmãos João Manoel e Manoel João da Silva, saíram em busca de água e alimento para o gado. Cansados, os vaqueiros pararam próximo de uma vereda (caminho estreito no meio da caatinga), e dormiram. Ao acordarem e não encontrando o gado, seguiram os rastros e descobriram um lajedo (afloramento rochoso), que em suas pequenas cavidades acumula água, ao que chamamos de caldeirões ou tanques de pedras. Neste local encontraram não só os animais que eles pastoreavam, bem como outros animais que por ali pastavam e bebiam. Diante da descoberta, os vaqueiros retornaram à Fazenda Vargem de Baixo, informando aos patrões o que tinham visto. Os irmãos João Manoel e Manoel João que se apropriaram das terras na região, transformaram o lugar em mais uma fazenda, provocando o crescimento do local. Muitos anos depois a fazenda foi aberta, e então José Santiago de Oliveira construiu a primeira casa, vindo em seguida outras formando o Arraial de Pedras – primeiro nome do atual município. Alguns anos depois, o Arraial de Pedra passou a ser chamado de Itapiru, sendo depois de muito tempo denominado Teofilândia, em homenagem a um filho da localidade contratado do Estado o senhor Joaquim Teófilo de Oliveira.

⁵O Território de Identidade do Sisal é constituído por 20 municípios. Essa denominação tem sido muito difundida pelas ações da sociedade civil e do poder público, com vistas ao desenvolvimento regional. Um dos critérios adotados para caracterização desse território foi a vocação produtiva dos municípios, ou seja, a produção sisal.

⁶ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=293150&search=bahia|teofilandia|infograficos:-historico>. Acesso em: 13 mar 2015.

Em 23 de abril de 1962, Teofilândia obteve sua emancipação política e administrativa, através da Lei Estadual 1685, publicada no Diário Oficial no dia 25 de abril de 1962. Teofilândia foi desmembrada do município de Serrinha, sendo o seu primeiro prefeito o senhor Waldemar Ferreira de Araújo, 1963 a 1967. Em 1977, foi descoberto minério no solo de Teofilândia, sendo que o mais explorado é o ouro, cuja exploração veio trazer novo impulso econômico à cidade, contribuindo para o seu desenvolvimento. De acordo com a história da cidade apresentada pelo IBGE, a população que vem fixar moradia no arraial, vem com o intuito de criar seus rebanhos e de praticar a agricultura de subsistência. Com o passar do tempo essas práticas foram aumentando, dando uma nova configuração sócio espacial ao território. As principais mudanças na cidade ocorreram após a chegada da mineração em 1976 na região, diminuindo relativamente o número de produtores rurais, que deixaram suas atividades para ingressar na empresa.

O censo de 2010 realizado pelo IBGE, sobre o perfil econômico do município, aponta que Teofilândia possui como principais atividades econômicas: a pecuária extensiva (com cerca de 42% do território voltada para esta atividade), plantação permanente, com destaque para o agave - o sisal, a palma e castanha de caju; e a plantação temporária, destacando-se principalmente o milho, feijão, mandioca e batata doce.

O Povoado do Canto está entre os três maiores povoados do município, com aproximadamente 686 habitantes, porém devemos levar em consideração que as terras pertencentes à mineração vão até o povoado onde reside a maioria dos entrevistados. A empresa está instalada a 12 km de distância do Município e a 3 km do Povoado.

A atual configuração espacial e social de Teofilândia, em que insere a atividade mineradora, é resultado de um longo processo de expansão da mesma. Além de Teofilândia e Jacobina, a mineradora ainda engloba as cidades de Santa Luz e Barrocas com exploração de ouro e prata. Particularmente Teofilândia e região tornaram-se objetos de admiração e curiosidade, sendo vista como depósitos de matéria-prima ou terra de promessa por alguns e um mar de problemas sociais ou de destruição ambiental por muitos. Visões diametralmente opostas ainda são expostas entre a população sobre a mineradora, sobre até que ponto foi relevante contribuir para a instalação da empresa na região. Todos têm um tipo de comentário a fazer sobre suas ações.

2. A RELAÇÃO DA EMPRESA MINERADORA COM OS PRODUTORES LOCAIS: AS TRANSFORMAÇÕES DO CAPITAL MINERADOR

Apesar de ter surgido no século XVII, a mineração do ouro no Brasil tem o seu apogeu no século XVIII, iniciando o ciclo do ouro⁷ e intensificando a vida urbana da Colônia. A partir de então, a mineração passou a ser a atividade econômica mais importante da colônia brasileira.

Desde o início a exploração aurífera contou com empresas internacionais, pois, a extração do ouro, que por muito tempo foi realizada manualmente, chegou ao seu limite e o ouro passou a ficar escasso na superfície do solo. Foi preciso implantação de técnicas avançadas para extração do ouro no subsolo e neste quesito os estrangeiros detinham essa modernização. Pode-se verificar que as novas tecnologias de mineração no Brasil quase sempre foram trazidas por empresas que tinham suas bases no exterior, através de consultorias externas; para a maioria delas, foi “através da implantação de várias empresas inglesas que, a partir de aproximadamente 1824, se encarregaram da extração de ouro na Bahia e no Brasil.” (SANCHES; SANCHES, 2011, p.1).

Na cidade de Jacobina, uma das sedes de empresa mineradora, corriam jornais que propagandeavam o desenvolvimento da cidade a partir da exploração do ouro.

O ouro é a alavancada do progresso [...] sem ele não surgiriam as cidades deslumbrantes [...] o ouro é bemdito. Bemdito na moeda que cai na sacola do mendigo; bemdito no pedaço de pão que dá alento ao faminto [...] como o rio que fertiliza as terras que rega, o ouro é bom. E porque é bom é passar [...] o ouro é bom. E porque é bom é ambicionado, invejado e caluniado. (O libertador, n° 30)⁸.

Como podemos perceber pelo recorte do jornal *O libertador*, na cidade de Jacobina, já se utilizava o discurso desenvolvimentista de enriquecimento para a cidade e para a população. Esses discursos percorriam junto à empresa onde quer que ela se instalasse. “O fascínio da descoberta do ouro, acenando com a possibilidade de enriquecimento, sempre

⁷ O primeiro ciclo do ouro [remonta à época colonial] e durou quase um século. Os extrativismos de ouro e de diamantes eram altamente rentáveis para a Coroa Portuguesa, que recolhia um quinto de toda a extração. [...] o segundo ciclo mineral começou a delinear-se no século XX. Nesse segundo ciclo o setor mineral brasileiro foi construído sob uma visão estratégica de desenvolvimento nacional, tendo por base uma política e legislação fomentadora. (SILVA, p.27, 2006). *Grifo meu*.

⁸ FARIAS. Do garimpo ao desenvolvimento: o brilho do ouro nas serras de Jacobina-Ba. *O libertador*, Jacobina, 16/03/1934, n° 30, p.1. disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/757/612>. Acesso em: 15 março 2015.

permeou o imaginário dos chamados bandeirantes, exploradores, garimpeiros ou apenas homens em busca de uma vida melhor pra si e sua família” (FARIAS, 2006, p.270). O estudo que aqui realizamos vem destacar os trabalhadores do Povoado do Canto na década de 1970 a 1980 que foram também atraídos pelos discursos e possibilidades de enriquecimento e viram na empresa mineradora que se instalava na cidade de Teofilândia, a chance de realizá-las.

2.1 A chegada da Empresa

A UNIGEO⁹ - Unigeo Geologia e Mineração Ltda. - ao iniciar análise de solo para estudar a viabilidade de uma exploração industrial do ouro na cidade de Jacobina no ano de 1973, expandiu-se para outras áreas, dentre elas o município de Teofilândia no período de 1976 (SILVA, 2002). Para Santos (2010),

É importante compreender que a atividade mineradora ganha importância e aceitabilidade no Estado da Bahia, principalmente, por se apresentar enquanto uma atividade capaz de dinamizar a economia do interior do estado, podendo trazer melhorias para a população no que se refere à geração de emprego e renda. (SANTOS, 2010, p.33).

Diante desta situação é relevante ressaltar que no interior da Bahia, mais precisamente na cidade de Teofilândia a fonte econômica que prevalecia era gerada pela pecuária e a agricultura com o sisal¹⁰. Como cultura produtiva, ambas eram atividades que não conseguiam alterar a dinâmica econômica dessas áreas, surgindo assim, a mineração como alternativa de crescimento econômico e desenvolvimento social. Nesse sentido, a mineração aparece como uma atividade que

denota possibilidades reais de transformação para a estrutura socioeconômica do município do interior e que mesmo com todo impacto passivo ambiental gerado pela sua ação, traria grandes lucros e vantagens econômicas para os diversos agentes econômicos envolvidos nesta atividade: a mineradora que representa o capital privado, o estado e município que passam arrecadar impostos fruto da atividade econômica desenvolvida, e em parte para uma parcela da população que consegue através da empresa uma nova fonte de renda (SANTOS, 2010, p.12).

⁹ A UNIGEO era uma associação entre as empresas ICOMI e Anglo America Sul Africana no Brasil.

¹⁰ O sisal ou agave sisalana é originário da península de Yukatan, no México, e foi introduzida no Brasil primeiramente na região do recôncavo na Bahia por volta do início do século XX, porém, em virtude das frequentes chuvas, não foi possível sua exploração nessa região, e assim alguns lugares do sertão baiano é que encabeçaram a exploração dessa matéria-prima no Estado.

A UNIGEO concluiu sua pesquisa e começou a explorar as reservas da região. Muitos trabalhadores foram empregados de acordo com o jornal local *A Palavra*. Funcionários vindo de outros lugares passaram a residir na cidade implementando a economia local com novas demandas. No entanto, o mesmo jornal denunciou algumas transformações pouco propícias à população local:

Ultimamente, no entanto, este jornal tem tomado conhecimento de que a UNIGEO ou firmas a ela ligadas, ao abrir estradas para os locais a serem pesquisados, vai criando algumas dificuldades aos pequenos proprietários, pois até agora não tem feito qualquer acerto dos danos causados, como cercas, construções, roças, etc. (*A Palavra*. Nº34. 1974) ¹¹.

O primeiro contato dos moradores do povoado com a mineradora não foi amistoso. Os jornais denunciavam na cidade de Jacobina as “ações desagradáveis” provocadas pela UNIGEO aos pequenos proprietários da cidade, o que também acontecia em Teofilândia. Apesar dos discursos proferidos pela empresa a respeito dos benefícios que ocorreria para desenvolvimento da cidade, com a geração de emprego e renda para os moradores, isso não justificava a destruição de suas terras. Como afirma Farias:

Começavam a serem delineados os primeiros sinais da intervenção da empresa mineradora na vida cotidiana dos moradores do local. Afinal de contas, era a chegada de um empreendimento que instituíra o discurso do desenvolvimento para a cidade. (FARIAS, 2008, p.34)

Além das denúncias dos jornais os pequenos proprietários também se sentiam insatisfeitos com os atos da empresa, que segundo eles muitas vezes prometia pagar pelo uso do solo para a pesquisa e não cumpria a promessa. Mas o desejo de dias melhores invadia o imaginário dos agricultores do povoado que começavam a ceder aos assédios da empresa. Podemos perceber que a penetração do capital minerador na zona rural traz questões para além do discurso de “melhorias de vida”, “emprego de carteira assinada” como as negociações, as resistências, os receios, entre outras, que serão analisadas e discutidas no decorrer da pesquisa, a partir de análises de entrevistas e das outras fontes.

2.2 A expropriação das terras

¹¹FARIAS. Do garimpo ao desenvolvimento: o brilho do ouro nas serras de Jacobina-Ba. *A Palavra*, Jacobina, 01 junho 1974, Nº34, p.1. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/757/612>. Acesso em: 15 março 2015.

Os agentes do capitalismo sempre trataram a região como área periférica, fornecedora de matéria prima e detentora de mão de obra barata e sujeitos manipuláveis dispostos a encarar o serviço pesado, fácil de ser explorada. Essa ideia é explicitada nos depoimentos ouvidos nas entrevistas, sobre as relações que foram se estabelecendo durante a instalação da empresa na década de 70.

Emprego assim que era de foice picareta encharca era emprego doido que só gente da zona rural (MARCOS. Entrevista, cedida em 2014).

Não tem negocio de dizer assim minha hora já deu, vou embora, lá tinha que ser o expediente deles. (JOÃO. Entrevista, cedida em 2015).

O avanço do investimento capitalista se deu de diversas maneiras, e na cidade de Teofilândia esse avanço se intensificou após a chegada da mineradora já que a cidade não detinha de outro instrumento que pudesse modificar significativamente a sua situação econômica. Para Arivaldo Umbelino “o avanço da industrialização, e o crescimento urbano abriram a possibilidades históricas para o estabelecimento do trabalho assalariado, capitalista no campo” (OLIVEIRA, 2007, p.49). Para a população foco dessa pesquisa cabe aqui salientar que esses avanços alteraram todos seus costumes e provocaram muita euforia e despertaram sonhos nos habitantes do povoado, visto que a maioria nunca havia “trabalhado de carteira assinada” e agora passava a fazer parte do mercado formal de trabalho. Entendendo que esse processo ocasionou mudanças não apenas ao aspecto econômico ou territorial de Teofilândia, mas foi, além disso, criando novos valores e modificando o modo de vida dos sujeitos ali inseridos, esse estudo caminha no sentido de compreender como esses sujeitos perceberam e interpretaram essas transformações bem como as relações estabelecidas entre eles e a empresa empregadora.

2.3 O trabalho: as transformações a partir da interpretação dos trabalhadores

Antes da chegada da empresa mineradora os moradores da região tinham como principal renda o trabalho realizado no motor de sisal na colheita e produção da fibra. O sisal na década de 1960 esteve no seu auge e foi considerado o “ouro verde no sertão nordestino” pelos inúmeros investimentos gerados (ALMEIDA, 2006). Nele se renovaram a esperança de

melhor qualidade de vida entre os agricultores pobres que enfrentavam, cotidianamente, inúmeras dificuldades devido à falta de chuvas; nesse período, até a década de 1970 foi marcado por longas estiagens. A riqueza do sisal está nas suas fibras. Realizado o desfibramento, seu campo de aplicação é vasto. O produto, a fibra, pode ser utilizado na fabricação da cordoaria em geral e fios, em destaque o baler twine, fio agrícola para atar fardos de feno e palha de cereais, e o binder twine, fio mais fino e menos resistente que o baler, destinado ao feixe de cereais. Utiliza-se, também, o produto na fabricação de cabos marítimos, tapetes, artigos de vestuário, calçados, artesanatos etc.; há ainda, os seus subprodutos: polpa, bagaço, bucha, caldo ou mosto, os quais são utilizados na estoparia, na fabricação de papéis e papelão e, no caso do caldo ou mosto, transformado em produtos para serem usados como forragem animal (ALMEIDA, 2006, p.138).

A produção e colheita do sisal na região eram de pequeno porte realizado por pequenos grupos de agricultores, utilizando principalmente do trabalho familiar. O trabalho com o sisal levava algumas etapas, desde a preparação da terra para o plantio até a sua comercialização, que também designará o corte e colheita no campo. “O preparo da terra se dava [...], com a utilização de instrumento de trabalho “simples”, como a enxada e a foice, pois dificilmente os agricultores pobres adquiriam instrumentos mais modernos para sua produção” (ALMEIDA, 2006, p.138).

Os motores de sisal são fontes de ocupação para muitos trabalhadores rurais nos períodos das estiagens como também para inúmeros desempregados, com baixo grau de escolaridade e sem qualificação profissional. Estes se deslocam para os motores de sisal em busca de ocupação, geralmente em períodos em que não há como trabalhar nas atividades da agricultura, em razão das secas, comuns na região. Muitos trabalhadores desenvolvem essa atividade como única alternativa de renda, que não chega a um salário mínimo mensal. O trabalho no sisal como afirma Almeida (op.cit.), era trabalho pesado realizado pelos pequenos agricultores. A adaptação ao serviço pesado facilitará a entrada de muitos destes agricultores na mineradora, pois com a sua chegada à região foi preciso desmatar uma grande área para as pesquisas e posteriormente a instalação da empresa.

O trabalho no motor de sisal era a profissão exercida anteriormente por todos os entrevistados, que o tinha como única fonte de renda para sustentar suas famílias, até a chegada da mineradora. “Antes de trabalhar na mineração, trabalhava na roça, no motor de sisal, não tinha jeito, né? Era o que trabalhava.” (PEDRO. Entrevista, cedida em 2015). A

empresa trouxe muitos trabalhadores de outras regiões, porém foi com os agricultores do Povoado do Canto que a mineradora preencheu a maioria dos cargos na empresa.

O Povoado do Canto se constituirá a partir das compras das terras por parte da empresa. Esta mostrou-se como afirma Batista (2009), de um lado, eficiente não só como causadora da elevação do capital econômico da cidade, mas também como a empresa que proporciona uma melhor qualidade de vida para a população local naquele período, mas de outro foi a expropriadora das terras dos trabalhadores. Outras ambiguidades nos processos modernizantes e suas consequências aparecem na narração seguinte:

Veja bem, de certa forma foi muito bom aqui pra comunidade, foi bom por que empregou muita gente [...] só que tem o outro lado à gente também estamos sofrendo ai, por causa da poluição, poeira que é demais, detonações que chegou ao ponto de levar para justiça, porque eles estavam detonando e acabando com as casas da gente, tem tudo isso, mas de certa forma foi bom, tem muita gente bem de vida com dinheiro, bom carro, boas casas, através da mineração. (LUCAS. Entrevista, cedida em 2015).

Lucas, 64 anos morador do povoado, é aposentado pela empresa e recebe auxílio doença começou a trabalhar na mineradora desde 1976. Sua trajetória na empresa foi marcada por oscilações, pois o mesmo, afirma ter saído e entrado da empresa diversas vezes. Chegava a trabalhar um, dois anos e voltava a exercer a profissão de agricultor no cultivo do sisal. Sua posição no texto acima denota insatisfação e ao mesmo tempo gratulação pelas mudanças na situação socioeconômica de algumas pessoas do povoado que se dispusera a exercer o trabalho na mineração. Essa dualidade sobre as transformações causadas pela empresa aparece nas narrativas da população local entrevistada.

Podemos dizer que as transformações pelo poder do capital da mineração não se deram apenas na cidade, mas não menos importante esse capital alcançou as terras aos arredores da região que pertenciam a fazendeiros que ali residiam e que venderam suas terras e se mudaram para Vila Carmelia¹² esta que se transforma no do povoado do Canto com a ida desses *fazendeiros*, e assim possibilitaram a instalação da empresa na região. Os fazendeiros, aos quais me refiro ao longo da pesquisa, são considerados pela empresa como pequenos proprietários de terras, visto que, não possuíam grandes extensões de terras e nem produziam para exportação. As produções eram apenas de subsistência e para comercialização na feira livre da cidade.

¹² Nome que tinha o povoado do Canto quando só existiam poucos habitantes.

A sociedade sob a égide do capitalismo é marcada pela disparidade, exploração, submissão entre grupos distintos e relações de poder. Transformar a sociedade significa transformar aqueles agentes responsáveis atualmente pela estruturação e arranjo dos grupos sociais, e estes, no cenário atual, condizem com os grandes grupos empresariais mundiais, que dominam a economia e por consequência a vida social. (SANTOS, 2010, p.40).

Nesse sentido, identificamos o poder do capital da empresa mineradora sobre os trabalhadores e principalmente sobre os pequenos proprietários de terras e fazendeiros da região, que quando questionados qual motivo da venda das terras, dizem sem receio:

Todo mundo vendeu, botaram um dinheiro a mais do valor, aí o pessoal se usuraram no valor do dinheiro né, ai na época terra era barato quando eles colocaram um dinheiro maior e todo mundo vendeu e depois se arrependeram (LUCAS. Entrevista, cedida em 2015).

Lucas quando questionado sobre o que sabia em relação às compras e vendas de terras para a empresa precisou de tempo para recorrer à memória “e rapaz aí era muita gente, é que eu esqueço”; após alguns segundos ele mencionou uma relação de nomes. Lucas avalia negativamente os proprietários com “usuráveis”, pois estes agricultores “não aguentaram” ver a oferta de um valor relevante. Entretanto, eram tempos de seca, as terras que se encontravam desvalorizadas foram vendidas. No trecho desta entrevista ele demonstrou sua visão sobre os fatos ocorridos, e nos apontou alguns temas relevantes para serem discutidos a seguir, como a seca na região e a desvalorização das terras na década de 70. De acordo com a Ata da Câmara Municipal de Teofilândia, a cidade enfrentava uma grande estiagem prejudicando a população urbana e principalmente rural que ficaram dependentes da ajuda dos agentes públicos. Como consequência, ocorreu uma queda no valor das terras na região. A empresa que detinha capital mais que suficiente para cobrir qualquer soma pedida pelos agricultores e, portanto, o poder de comprá-las, adquiriu quase todas as terras dos pequenos agricultores.

Esse arrependimento ao qual o extrabalhador da mineração e morador do Povoado se referiu foi mencionado durante a entrevista, justificado pela falta de conhecimento dos proprietários, quando afirma que “se o pessoal tem o conhecimento do que era uma mineração e faz um contrato pra ter participação de lucro ia ganhar muito mais.” (LUCAS. Entrevista, cedida em 2015). Hoje depois de trinta e nove anos da empresa na localidade e a partir da convivência com a mineração a população percebe o quanto formam “ingênuos” diante da situação de negociação das vendas.

Compreendemos que o processo de expansão do capital está desde sempre imbuído de relações de poder que se dão especialmente no âmbito das apropriações de terras, quer seja de populações tradicionais, no caso de terras para a agricultura em larga escala, quer seja de pequenos agricultores, ou para implantações de projetos de exploração econômica como no caso estudado. Um exemplo de poder do capital aparece no estudo de Denílson Silvan (2014) em “Trabalho e relações de trabalho na mineração Taboca”, onde o autor vem traçar como se deu o processo de expropriação da terra Indígena Waimiri-Atroari, no Amazonas para a aplicação de grandes projetos industriais dentre eles a mineração Taboca. Silvan também vem verificar em que medida os trabalhadores pioneiros da Mineração Taboca vivenciaram relações de poder autoritárias no âmbito da empresa mineradora, dando principal relevo à organização política desses trabalhadores, concluindo que a empresa Taboca se beneficiou sobejamente das relações de poder, para garantir sua implantação e atuação no Amazonas, especialmente em relação à expropriação de terras Indígenas e à manutenção de um poder disciplinar extremamente adverso no âmbito da disciplina do trabalho e na vida desses trabalhadores.

No Povoado do Canto essa expropriação também aconteceu e assim como os indígenas no Amazonas, alguns dos moradores do povoado não quiseram desfazer-se de suas terras nem mesmo com os valores elevados oferecidos pela empresa para a compra das terras. Porém, isso não impediu que a mineradora buscasse outros meios ilícitos para fazer com que esses trabalhadores voltassem atrás e vendessem suas terras, o que implicou a necessidade de defesa por parte dos proprietários. De acordo com o depoimento abaixo, diante da recusa dos produtores, o assédio da empresa passa por mudanças.

Elas entravam antigamente não falavam invadiram, depois a gente começou a pegar armamento e tentar ia pra cima, Aí depois eles começaram a fazer diferente, falavam que iam entrar prometiam pagar prometiam um preço pagavam outro [...] e nas minhas terras eles foram lá não sei quantas vezes e disse eu não vendo perguntei a eles se eles queriam arrendar, falei o meu eu arrendo, mas não vendo. Eles falavam, mas o senhor compra outra terra. Compre vocês porque eu não vendo e que diferença faz vocês arrendar? Tem tanta terra por aí. Não, não, mas nós só vamos ficar uns dias, pois então vocês arrendam por um ano, o tempo determinado um ano, ou dois ou três o cinco quando terminar a pesquisa de vocês. Vocês me entregam não desabando comigo, aí eles fizeram a pesquisa. (MARCOS. Entrevista, cedida em 2014).

Não foram muitos os casos como estes na época, de acordo com Marcos, 76 anos ex trabalhador da empresa e morador do povoado. Ele afirma não ter trabalhado muito tempo na

empresa porque não se interessou pelo serviço oferecido, mas trabalhava sempre que o chamavam, porém por períodos curtos, sem muito compromisso. Seu caso enquanto proprietário de terras que interessavam à empresa foi diferente dos demais. Depois de muita resistência às ofertas feita pela mineradora, ele ficou com suas terras, porém não conseguiu impedir que a empresa entrasse para realizar as pesquisas. Alguns proprietários não quiseram entrar em atrito com a mineradora, em alguns casos, por medo de perder suas terras acabaram cedendo com mais facilidade “Quando começaram a entrar nas terras preocupou muito os que tinham fazendas e os que tinham umas terrinhas também, ficaram com medo dos “americanos”¹³ tomar sem nada pagar” (PAULO. Entrevista, cedida em 2014). Foi por medo de perderem as terras e com o valor a mais oferecido pela empresa em alguns casos que moradores cederam suas terras, que abrigaram longas histórias de suas vidas.

Os trabalhadores rurais estavam vulneráveis diante da empresa mineradora que os assediava, estes sem informações e com medo, sem nenhum tipo de apoio ou orientação, por alguma instância do poder público ou sindical tornaram-se “presa fácil” para os detentores do poder econômico que chegava aquela região para realizar pesquisas naquelas terras. A partir dos resultados da pesquisa com a constatação do ouro na cidade de Teofilândia a empresa de minério deu início a uma verdadeira “corrida do ouro”, recrutando milhares de pessoas de diversas categorias profissionais para compor o exército de trabalhadores aptos a transformar em realidade seu projeto minerador.

¹³ “Americanos” era como os moradores da comunidade chamavam os que vinham fazer a pesquisa do solo, segundo os moradores todos eram estrangeiros e falavam diferentes.

3. OS DIFERENTES PROCESSOS DE TRABALHO

3.1 A força de trabalho inicial e o trabalho no chão da mina

Adentrar no espaço da empresa mineradora era ingressar em um lugar de ordem e disciplina definidas de cima, por autoridades desconhecidas, mas cujo os olhos se faziam sempre presentes. Para os trabalhadores rurais foi mais do que isso, pois eles acreditavam no enriquecimento pessoal a partir da extração de ouro na região e conseqüentemente na mudança de vida.

O ideário de enriquecimento fez com que estes trabalhadores rurais esquecessem que, em sua trajetória, nunca necessariamente tiveram que submeter-se à figura de um patrão, já que viviam do que produziam no campo e recebiam de acordo a sua produtividade no motor de sisal. A ordem vigente nestes tipos e formas de trabalho diferiam da nova ordem na empresa mineradora pois,

O capitalista vigia cuidadosamente para que os meios de produção se empreguem em ordem para o fim que deseja, para que a tarefa se faça conscienciosamente e para o instrumento de trabalho só sofra o dano indispensável ao seu emprego. (MARX, 2016, p. 110).

As novas relações de produção administrativas hierarquizadas, entretanto, não foram bem aceitas por todos. Ao se depararem com um sujeito hierarquicamente superior lhes ditando os afazeres, ou seja, organizando o processo de trabalho a partir de atribuições de ordens, em alguns casos, a “figura maior“ foi rejeitada por alguns trabalhadores rurais, pois nem todos eles estavam dispostos a exercer toda e qual quer trabalho ditada pelo superior. Alguns deles deixaram o trabalho na mineradora, voltando a exercer o trabalho produtivo na agricultura e\ou o trabalho com o sisal.

Os primeiros trabalhadores da mineração foram para exercer trabalho braçal na derrubada da caatinga e abertura das trincheiras. Por este motivo é que um elevado nível de qualificação não foi exigido pela empresa para contratar os trabalhadores rurais. Com moradores do povoado, os trabalhadores qualificados, tanto para as funções que exigia qualificação escolar, engenheiros e técnico de nível médio, como para chefes de execução de serviço, eram recrutados pela empresa em outras localidades. Os de nível superior vinham do exterior, (os “americanos” como os chamavam os primeiros moradores do povoado) juntamente com a empresa, após a conclusão das pesquisas. Além do trabalho braçal que seria realizado pelos trabalhadores rurais, outro motivo pelo qual a empresa contratava esses

trabalhadores é o fato das terras serem bastante conhecidas por eles e isto foi considerado pelos “americanos” para a contratação deste trabalhador. Temos aí então dois fatores importantes que de forma conjugada esclarecem a absorção dos trabalhadores rurais pela mineradora neste primeiro momento: o trabalho que não necessitava de qualificação para seu exercício e o conhecimento dos trabalhadores sobre a região, os lugares, de seus perigos e suas entranhas, que poderiam dificultar a execução do desmatamento ou da abertura de trincheiras por pessoas estranhas no lugar.

A empresa não encontrou dificuldade com trabalhadores rurais do Povoado no que diz respeito à adaptação para realizar o trabalho. No início o serviço era de desmatamento das áreas, como afirma Pedro, que trabalhou desde começo na mineração “comecei trabalhando de foice, abrindo rumo e com o tempo, a gente passou a trabalhar novamente com picarete abrindo trincheiras, tirando com a pá até cinco metros de fundura.”(PEDRO. Entrevista, cedida em 2015).

Podemos notar que esse trabalho inicial não era problema nem para a empresa nem para os moradores já que eles exerciam trabalho parecido durante a preparação da terra para plantio de milho, feijão e sisal, anteriormente o meio de sobrevivências dessa população. Entretanto, a exigência da profundidade a ser escavada era trabalho árduo, que exigia grande desgaste físico e força muscular. Apesar do trabalho árduo, os ex-trabalhadores se entusiasmam ao falarem do seu salário, pois muitos nunca haviam recebido uma quantia significativa. Marcos ao falar do seu salário afirma que,

na época eles pagaram até mais do salário, até por que a gente não baseava muito nisso por que a gente era acostumado a trabalhar em motor de sisal ganhava um dinheirinho quando você passou a trabalhar empregado que ganhou um dinheiro a mais que vinha hora extra uma coisa assim junto, aí o dinheiro cresceu mais aí né a gente ficou mais entusiasmado aqui é bom, ganha bem né?(MARCOS. Entrevista, cedida em 2014).

Passada essa fase inicial da abertura, a mineradora precisava de uma força de trabalho qualificada para o desempenho de trabalhos subsequentes, os quais os trabalhadores inicialmente contratados não poderiam realizar. “[...]depois eles quando foi entrando no trabalho mais fino aí botou aqueles analfabetos tudo pra fora uns que eram mais inteligentes eles deram escola pra aqueles mais inteligentes“ (MARCOS. Entrevista, cedida em 2014).

O “trabalho mais fino“ exigia a dispensa da força de trabalho dos “analfabetos“ e a contratação dos “mais inteligentes“. A fala remete a uma comparação entre o trabalhador qualificado e o não qualificado, onde o atributo pessoal “ser inteligente“ aparece como uma

característica dada a partir da seleção pela empresa, e se contrapõe à não-alfabetização. Para dar conta da nova realidade, esses trabalhadores se viram diante da necessidade crescente de qualificar-se e preparar-se para concorrer no mercado de trabalho, visto que muitos dos inseridos pela mineração nas atividades da empresa não queriam voltar a exercer trabalhos rurais, pois viam na empresa as vantagens dos direitos garantidos, como nos narra o trabalhador rural Pedro:

[...] a pessoa empregada tem outras vantagens, você tinha direito a seguro desemprego, em uma comparação se você fosse empregado tinha direito a férias, tinha décimo terceiro, tudo isso valia a pena sair desse trabalho que eu estava e ir trabalhar na empresa.” (PEDRO. Entrevista cedida em 2015).

As vantagens a que Pedro se refere no trecho acima está atrelada aos direitos de um funcionário formalmente empregado no mercado de trabalho, esse lugar nunca antes visto por estes trabalhadores rurais. O interesse de permanência dentro da empresa mineradora, todavia, fez com que os trabalhadores rurais se submetessem às inúmeras atividades que lhe eram impostas.

Ao lado do trabalhador especializado, com suas prerrogativas classistas, estava o operário de chão da mina, disposto a executar qualquer tipo de ordem, sob qualquer circunstância, desde que ele se mantivesse na folha de pagamento (SILVAN, 2014, p.103).

Neste sentido, podemos entender que para os trabalhadores que ficaram não havia mais qualquer tipo de resistência, nem ao trabalho nem às hierarquias da empresa. É com a realidade narrada pelo extrabalhador da empresa mineradora que podemos notar o quanto estes funcionários se submeteram para poderem continuar a trabalhar na empresa e manter suas famílias com uma qualidade melhor de vida,

de sujeitos transformador da sua própria realidade, o homem passa a ser um simples objeto, uma peça a mais na engrenagem da máquina a serviço da empresa, descartado quando convém aos patrões(SILVAN, 2014, p.72).

João, ex-trabalhador da mina, fala, entretanto, com orgulho das atividades que exercera:

[...] primeiro trabalhei no campo nas trincheiras, [...] quando retornei voltei para o subsolo trabalhava de ajudante de furador de sonda trabalhei com martelo trabalhei jogando vento pro subsolo trabalhei de ajudante de eletricitista, tudo que mandava eu fazer eu fazia, trabalhei batendo choco tudo era serviço, tudo era serviço lá não tinha isso de escolher serviço. [...] trabalhei de encanador, tudo isso trabalhei, não tinha isso de dizer fique

quieto não, era saindo de um pra outro, eu estava aqui quando era amanhã vá para aquela frente lá. (JOÃO. Entrevista, cedida em 2015)

Foi imprescindível a preparação desses agricultores em operários para facilitar as relações nos processos de trabalho ordenados hierarquicamente: a empresa tratou, aos poucos, de corrigir as “atitudes incorretas” durante os trabalhos:

lentamente uma coação calculada percorre cada homem dentro da mina, toma posse dele, dobra-o, toma-o perpetuamente disponível, e se prolonga em silêncio, no automatismo dos hábitos, foi expulso o agricultor e lhe foi dada a fisionomia de operário. (SILVA, 2002, p.48).

Foucault (1999) nos fala dos processos disciplinadores que a ordem e o poder disciplinar exercem sobre os corpos: “Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos na decomposição até a singularidade necessária e suficiente” (Foucault, 1999, p.143). Para ele o poder é como uma rede de relações onde todos os indivíduos estão envolvidos, como geradores ou receptores, dando vida e movimento a essas relações. Em sua obra “Vigiar e punir” o autor traz uma discussão sobre as transformações dos processos disciplinares do poder. Surgiram novas formas de apropriação corporais e incorporais necessárias para compor essa nova fase de ordem econômica e social baseada no modo de produção capitalista e industrial. Os mecanismos disciplinares apresentados são inseridos na sociedade de forma discreta, mas se tornaram necessários, indispensáveis e legítimos para a construção dos próprios cidadãos.

O modelo disciplinar que Foucault apresenta é ligeiramente notado nos trabalhadores da mineradora, quando estes narram sua adaptação ao trabalho na mineração aurífera. As transformações ocorreram simultaneamente sem mesmo que os próprios trabalhadores rurais percebessem que estavam sendo docilizados; eles entendiam que a obediência era apenas regra da empresa para permanência deles no trabalho, o que muitos desejavam: “o poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor.” (Foucault, 1999, p.143).

Quando eles viam que a gente merecia eles mandava vá pra tal lugar fazer aquele serviço nós ficava fazendo aqueles serviço por um tempo, depois que eles viram que a gente tinha o prazer de fazer aquele serviço mudava a gente pra outro, era assim não deixava a gente quieto não. Os que não davam eles conheciam logo, os que eles viam que davam pra fazer carregava a frente vinham os carregadores, mas quando precisavam de um eles viam me

chamar, só que era muito perigoso carregar as frentes por que era pra quem tem experiência que tinha muito estudo, eu não achava bom isso, mas precisava. (JOÃO. Entrevista, cedida em 2015).

A empresa elabora “estratégias de qualificação” da mão de obra de acordo com suas necessidades: deslocar a força de trabalho, mostra seu poder e controle sobre seus trabalhadores e sobre os processos de trabalho. João narra as diferentes experiências pelas quais passou no que tange às suas funções na empresa. A exploração do trabalho aparece na fala do entrevistado como um mérito a ser reconhecido pela empresa, que os “recompensava” com outro tipo de trabalho, pela percepção da empresa, de que os trabalhadores tinham “prazer” no trabalho. Para ele se manter no trabalho precisou acatar às ordens, apesar dos riscos em realizar alguns serviços para os quais não era qualificado. A função de carregar frentes por exemplo apontada é o carregamento de explosivo utilizado para detonações de rochas, também chamado blastos.

Os trabalhadores após o período inicial dos trabalhos passaram a realizar outros serviços, ainda que como ajudantes, com por exemplo na função de marteteiros:

o marteteiro e seu ajudante começavam jogando água no local da perfuração para diminuir a poeira, depois batiam no teto e nas paredes para verificar se havia alguma pedra solta, [...] colocando dinamite nos furos para a implosão da rocha (SILVA, 2002, p.45).

Outra tarefa desempenhada por estes trabalhadores era a de montador:

Os montadores trabalhavam em turmas de seis homens responsáveis pela armação de toda infraestrutura das galerias abertas pelos marteteiros. Os montadores organizavam os trilhos para as locomotivas, as tubulações de ar e água, as bicas por onde eram transferidos minérios de uma galeria para outra. Era um setor perigoso porque manuseavam material muito pesado, em terreno acidentado, no subsolo.(SILVA, 2002, p.47).

Mesmo realizando tarefas perigosas eles afirmam que nunca sofreram nenhum acidente no trabalho. Apenas Lucas está aposentado por auxílio doença, mas, o fato ocorreu fora do espaço da empresa, foi em um acidente de carro quando voltava de um Estado onde a mineradora também atuava. Servir como ajudante nas funções que exigiam destes trabalhadores mais do seu esforço físico, atenção, disciplina, responsabilidade e coragem para encarar o perigo e arriscar sua vida em serviços para os quais não eram capacitados, pode ter contribuído para que estes não se considerassem mineiros: “não, nunca fiz serviço de minério [...] eles lá que eram, eles que pegava o ouro.” (PEDRO. Entrevista, cedida em 2015). Talvez

esse auto-reconhecimento como mineiro não se concretizou, não apenas por eles não considerarem aquelas funções como a de um mineiro, mas porque eles acreditavam que através do trabalho de mineiro pode-se enriquecer facilmente, diferentemente dos trabalhos que eles realizaram: “a gente achava que era outra coisa [os serviços], mas lá eu só tinha que carregar o que mandavam. (PAULO. Entrevista, cedida em 2015). Para estes trabalhadores a realidade do trabalho na mineradora não era o que eles imaginavam.

Todas essas funções foram desempenhadas por estes trabalhadores, algumas sob pressões extremas, tanto no meio ambiente, em que o suor frequentemente se misturava às gotas da chuva, “todo fim de semana tinha que ter uma equipe pra ir enfrentar a lama, era sábado e domingo pela manhã, pra quando chegasse segunda feira já tá liberado” (JOÃO. Entrevista, cedida em 2015), quanto nas relações de trabalho, caracterizando estes como pertencendo às categorias de baixo status social reportadas por Thompson (1998). Foi ao ouvir esses ex-trabalhadores que pudemos constatar uma história vista por outros olhos, que de outro modo estaria fadada ao esquecimento, ou contada a partir de pesquisas com vencedores ou elites, e se perdendo aos poucos da memória do homem, trabalhador rural, excluído dessa outra modalidade de pesquisa histórica.

Nas narrativas dos trabalhadores não aparecem referências ao poder público nem seu apoio aos moradores do povoado. Mas ao analisar as Atas da Câmara de Vereadores da cidade e dos documentos de compra e venda de terrenos¹⁴ no Arquivo Público Municipal podemos encontrar convênios realizados entre a prefeitura e a empresa mineradora que começava a atuar no território, mostrando as diversas doações de terrenos realizadas pela prefeitura para construção de conjunto habitacional (onde morariam os trabalhadores vindo de outras regiões), hospital regional para atendimento de toda população, escola particular para atender aos filhos dos funcionários da empresa e de pessoas que tivessem condições financeiras para pagar as mensalidades, alargamento da estrada que liga a sede da empresa até a cidade. Em todas as atas encontradas as aprovações dos convênios foram por unanimidades de votos. Convém salientar, que através das atas pode-se também perceber que a atuação do poder público não analisou os problemas que poderiam acontecer a longo prazo para quem morava nas proximidades da empresa, mas sim, o entusiasmo com os desenvolvimentos da cidade que as ações da empresa provocariam a partir da sua instalação (ata n°. 01, 08, 1987; ata n°. 4, 08, 1989; ata n° 5, 07, 1989; ata n° 7, 07, 1990; ata n° 10, 10, 1990; ata n° 11, 15, 1991; ata n° 11, 12, 1997).

¹⁴ Escrituras datadas dos anos de 1984, 1986, 1987 e 1989. As escrituras encontram-se nos livros 02 e 84.

O que percebemos com essas documentações é que de acordo com as datas que os convênios foram apresentados e aprovados na câmara de vereadores, as pesquisas pela empresa e suas incursões nas terras dos trabalhadores rurais, os processos de compra e venda já haviam acontecidos. Compreendemos, assim, que a empresa só entra em contato formal com o poder público da cidade depois de constatar que aquela região tinha minério, ou seja servia aos seus propósitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revela que, desde o início da implantação da empresa mineradora, a partir de 1970, os moradores do povoado passaram a conviver com uma nova ameaça, agora além da seca que castigava suas terras, passaram enfrentar o poder do capital minerador que chegava à região. É dentro dessa configuração climática que assolava o semi-árido baiano que o projeto minerador transformou a região em uma grande fornecedora de matéria-prima, especialmente as de origem mineral; isso, porém, resultou na transformação dos meios de produção, dos modos de trabalho e sua configuração territorial. Hoje, mesmo que a empresa resolvesse mudar-se para outra região aquelas terras estariam condenadas pela degradação ambiental. Ao analisarmos as ações da empresa, a pesquisa revela que a mineradora se beneficiou sobejamente das relações de poder e da situação de desinformação em que encontravam-se os pequenos produtores locais para a expropriação de suas terras.

Este estudo mostra que apesar da empresa ter suprido algumas das necessidades dos moradores, oferecendo para aqueles trabalhos, alguma melhoria nas condições de vida, ela os submetia a tipos de trabalhos para os quais eles não possuíam nenhuma perícia (lidar com explosivos, por exemplo). A empresa também disciplina os trabalhadores com sucesso, uma vez, que estes queriam continuar ou precisavam continuar, já que não tinham mais a terra para cultivar, restando-lhes apenas submeter-se ao trabalho na exploração do sisal para os possuidores das bateadeiras. As condições de vida da população como um todo não melhoraram com a chegada da mineradora: hoje a população do Povoado do Canto apresenta índices sofríveis de desenvolvimento humano e a região tem problemas ambientais que se agravam a cada dia devido às ações da empresa, tais como, as detonações que resultaram em rachaduras nas casas da população, a poluição ambiental, a degradação do solo com substâncias químicas que deixaram as terras improdutivas, entre outras.

A situação dos trabalhadores da mina, hoje, entretanto, difere da situação dos trabalhadores no momento de implantação da empresa. A população local, sobretudo, a masculina tem como principal ocupação o trabalho no minério, que é totalmente diferente daqueles a que os primeiros trabalhadores foram submetidos. Primeiro, porque estes novos trabalhadores são qualificados para exercer tais serviços, qualificação essa que os primeiros trabalhadores não tinham. Outra característica é o trabalho na mina que é praticamente todo realizado por máquinas cabendo aos atuais funcionários apenas manuseá-las. Quero chamar a atenção, entretanto, de que, sobre esses atuais profissionais cabe um estudo específico, pois apesar de estar instalada uma das maiores empresas mineradoras da Bahia no Povoado, esses

mineradores exercem essa profissão longe dela, em outros Estados e, por vezes, em outros países.

Os cinco ex-trabalhadores da empresa mineradora entrevistados são apenas um representativo qualitativo das relações e processos que se estabeleceram ali, naquele momento da história do Povoado, a partir da chegada da empresa mineradora. As relações que se estabeleceram entre trabalhador e empresa, entre empresa e desenvolvimento local ao longo da década de 1970 e 1980 mudaram a configuração da região e também a forma de trabalho, de prover as condições de existência de uma gama de pessoas. Na cidade de Teofilândia, ao contrário de muitas outras cidades com minas, as atividades de extração do ouro, desde o início foram realizadas por meio de máquinas e equipamentos apropriados, sendo que a atuação profissional dos trabalhadores contratados da região restringiu-se basicamente a serviços de apoio, com carregamento de material pesado, preparação das áreas a serem utilizadas, encarregando-os apenas das atividades de absorção da força muscular. O trabalho que exige o lidar com minérios, com a extração de minérios propriamente dito, estava fora de seu alcance. Por esse motivo considero não haver por parte dos ex-trabalhadores o autorreconhecimento como mineiros.

As falas dos cinco sujeitos da pesquisa revelam que estes trabalhadores vivem, atualmente, outra fase de suas vidas, fora da empresa mineradora. Os trabalhadores estão recebendo aposentadorias pela empresa, três deles, os outros dois apesar da idade avançada voltaram a trabalhar com a agricultura, pois não permaneceram os anos necessários para receber o direito da aposentadoria.

Com esta pesquisa não pretendi esgotar o tema em questão, mas contribuir na elucidação de alguns aspectos históricos importantes sobre a história dos sujeitos trabalhadores do Povoado, notadamente as transformações pelas quais passaram suas vidas e o contexto sócio-histórico em que tais transformações aconteceram. Através desta pesquisa espero ter contribuído para abrir perspectivas de aprofundamentos em estudos posteriores relacionados a questões ambientais, trabalhistas e desenvolvimentos econômicos e sociais na região.

Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. FGV Editora, 2004.

_____. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

ALMEIDA, de Moreira Souza Suzana. **Memória e trabalho no sertão: a peleja de pequenos agricultores no sisal**. Disponível em: <file:///D:/Users/USER/Downloads/NPGA-2007-110.pdf>. Acesso em 14 outubro 2015.

BATISTA, Oliveira Luís José. **Análise do mapeamento da cobertura e uso do solo do Município de Teofilândia Bahia**. 2009. 83f. Monografia – Curso de Formação em Bacharel em Geografia, Feira de Santana, 2009.

BRITO, Chaves de Daniel. **Extração mineral e relação de trabalho na Amazônia: a experiência da exploração de manguês em Serra do navio**. Disponível em: [file:///D:/Users/USER/Downloads/NAEA%20\(5\).pdf](file:///D:/Users/USER/Downloads/NAEA%20(5).pdf). Acesso em 13 novembro 2015.

DOURADO, José aparecido Lima; JUNIOR, Antônio Thomaz. **Políticas de desenvolvimento territorial, agrohidronegócio e disputas territoriais no semi-árido baiano**. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt5/politicas_de_desenvolvimento.pdf ACESSADO 25/01/2015. Acesso em: 24 fevereiro 2016.

FARIAS, Sara Oliveira. **Enredos e tramas nas minas de ouro em Jacobina**. Recife, 2008.

_____. **Do garimpo ao desenvolvimento: o brilho do ouro nas serras de jacobina-Ba**. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistacli/index.php/revista/article/viewFile/757/612>. Acesso em: 15 março 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. 20ª ed. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

JOUTARD, Philippe. **Desafios à história oral do século XXI**. In: FERREIRA, M. M. , FERNANDES, T. M. e ALBERTI, V. (orgs). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2000.

GOSS, Karine Pereira. **Trajetórias militantes: análise de entrevista narrativa com professores e integrantes do movimento negro**. In: WELBER, Wivian; PFAFF, Nicolle. (Org.). **Metodologia da pesquisa qualitativa**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2013

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à Pesquisa qualitativa e suas Possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

HOBBSAWM, Eric. **Os Trabalhadores: estudo sobre a história do operariado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

- HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1998.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- MARX, karl. **O capital**. Tradução Gabriel Deville. Bauru: Edipro, 3.ed., reimp. 2016.
- LAKATOS, Eva Maria e MARCONE, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Altas, 1991.
- Meihy, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História orais**. Edições Loyola, 2000.
- MEYER, Eugênia. **História oral na América Latina: Balanço e novos desafios**. Rio de Janeiro, 2000.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. 1ed. São Paulo, FFLCH, 2007.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio 1989**. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf . Acesso em: 13 agosto 2016.
- PORTELLI, Alessandro. **O que faz a História Oral diferente**. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/11233/8240>. Acesso em: 15 setembros 2015.
- RICHARDSON, Roberto Jarry, WAINWRIGHT, David. **A pesquisa quantitativa critica e válida. Pesquisa social**. Cap.6, São Paulo: Altas, 3ed., 1999.
- SANTOS, Juliana Araújo. **Sustentabilidade e responsabilidade social: Um estudo sobre a mineração fazenda brasileiro no semi - árido baiano – municípios de Teofilândia e Barrocas**. 2010. 110f. Monografia – Curso de Formação de Especialista em Dinâmica Territorial e Socioambiental do Espaço Baiano, Feira de Santana, 2010.
- SANCHES, Lima Patrícia Nanci; SANCHES, Lima Andreia. **A exploração aurífera na Bahia oitocentista: Decadência, desgaste ambiental e desordem social**. Disponível em: http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/nanci_patricia_lima_sanches.pdf. Acesso em: 10 março 2016
- SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. **Expropriação e exploração dos trabalhadores do campo no capitalismo**. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt7/expropriacao.pdf>. Acesso em: 02 maio 2016.
- SOUZA, Laura de Melo e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- SILVAN, Denilson; TORRES, Caldas Iraildes. **Memória operária: a fabriljuta de parintins vista a partir da história oral**. Disponível em: http://www.norte2015.historiaoral.org.br/resources/anais/12/1443008869_ARQUIVO_1-SILVAN-FERREIRAHISTORIAORAL.pdf. Acesso em 18 maio 2014.
- SILVAN, Denison. **Trabalho e relações de trabalho na mineração taboca**. Manaus: EDUA, 2014.

SILVA, Ivan Ramires Rios da. **Os trabalhadores da anglo american corporation em Jacobina (1974 - 1989)**. Salvador, 2002.

STEDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960-1980**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Tradução Denise Bottman. V. 1. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, R. P. **Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular tradicional**. Sm Paulo. Companhia da Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 3ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Lista de fontes

Entrevistas:

- I. Pedro. Entrevista cedida no dia 05 de novembro de 2015. (18min 33seg).
- II. Marcos. Entrevista cedida no dia 27 de agosto de 2014. (34min 25seg).
- III. Paulo. Entrevista cedida no dia 10 de agosto de 2014. (22min 13seg).
- IV. João. Entrevista cedida no dia 08 de novembro de 2015. (19min 12seg).
- V. Lucas. Entrevista cedida no dia 08 de novembro de 2015. (13min 51seg).

Documentos escritos:

- Livro de escrituras pública de compra e venda, n° 84.
- Livro de escrituras pública de compra e venda, n° 02.
- Livro de atas da câmara municipal de Teofilândia- ba.
 1. **Câmara Municipal de Teofilândia.** Ata da sessão 01° ordinária do período legislativo em 08/08/1987. Livro de atas, p. 09.
 2. **Câmara Municipal de Teofilândia.** Ata da sessão 01° ordinária do período legislativo em 08/08/1987. Livro de atas, p. 13.
 3. **Câmara Municipal de Teofilândia.** Ata da sessão 04° ordinária do período legislativo em 10/08/1989. Livro de atas, p. 26.
 4. **Câmara Municipal de Teofilândia.** Ata da sessão 05° ordinária do período legislativo em 13/07/1989. Livro de atas, p. 31.
 5. **Câmara Municipal de Teofilândia.** Ata da sessão 07° ordinária do período legislativo em 18/07/1990. Livro de atas, p. 06.
 6. **Câmara Municipal de Teofilândia.** Ata da sessão 11° ordinárias do período legislativo em 15/10/1991. Livro de atas, p. 25.
 7. **Câmara Municipal de Teofilândia.** Ata da sessão 10° ordinárias do período legislativo em 15/10/1990. Livro de atas, p. 29.
 8. **Câmara Municipal de Teofilândia.** Ata da sessão 11° ordinárias do período legislativo em 06/03/1991. Livro de atas, p. 04.
 9. **Câmara Municipal de Teofilândia.** Ata da sessão solene em 12/08/1997. Livro de atas, p. 01.

Jornais:

- A Palavra, Jacobina, 01 junho 1974, N°34, p.1
- O libertador, Jacobina, 16/03/1934, n° 30, p.1.